

Maria Victória prevê, no final, uma edição renovada do PP

AGOSTINHO VIEIRA

Para ela, ideologia de centro no Brasil é uma grande mentira — “o moderado nada mais é do que a versão cordial da direita” — principalmente em se tratando de Assembleia Constituinte. A historiadora e cientista política Maria Victória Benevides acredita que os 559 constituintes se dividirão em dois grandes blocos, sobrepostos aos partidos: um conservador, outro identificado com a soberania popular.

Maria Victória, autora de livros sobre os partidos políticos brasileiros, considera que esses blocos acabarão resultando na formação de novos partidos, após a Constituinte. “Terminada a crise”, ela prevê a formação de um grande partido de centro — a ressurreição do Partido Popular de Tancredo Neves, segundo ela um partido que, representando o liberalismo conservador, seria o correspondente moderno da velha UDN.

Os primeiros dias de trabalho da Constituinte estão sendo marcados por entendimentos visando à formação de blocos. A partir de que tendências ou de que realidades eles deverão definir-se?

— Pelo que tenho observado até agora, deverão ser formados apenas dois grandes blocos. Um mais identificado com a própria natureza da transição, moderada, controlada, que é o bloco mais conservador. Seria formado pela porção conservadora do PMDB — que é majoritária —, pelo PFL, o PTB, o PDS e o PL. E um bloco também grande, reunindo os outros segmentos: a ala menos conservadora do PMDB, o PT, o PDT e os partidos comunistas, que tentam uma transição menos controlada. Esse bloco já chegou à Constituinte com visão diferente do que seria a transição. Há uma tendência de chamar o bloco conservador de bloco de direita e o bloco progressista de bloco de esquerda. Eu não assumiria esses rótulos. Acho que existe o bloco conservador que se identifica com a proposta inicial da Aliança Democrática. O outro eu identificaria como o bloco que defende a soberania popular, que vê a Constituinte como parte essencial da transição efetivamente democrática, que se identifica com a fidelidade ao eleitor e com a Constituinte exclusiva.

Esses blocos vão se manter assim até o final ou podem mudar de acordo com interesses ou temas específicos?

— Minha impressão é de que eles se manterão em relação a grandes temas, como o papel das Forças Armadas, os direitos e liberdades fundamentais ligados ao trabalho, a reforma agrária. Aos aspectos da ordem econômica e social. Acho que há uma discussão falsa em relação à elaboração de um texto constitucional longo e detalhado ou conciso e enxuto. Por coincidência, os partidos mais conservadores preferem um texto mais conciso e os setores ligados a uma modernização democrática preferem o texto detalhado. Acho que essa é uma falsa questão. Existem Constituições que têm muitos artigos e se mantêm nor-



Para Maria Victória, os constituintes vão se dividir em dois grandes blocos, que irão se sobrepor aos partidos

‘Hoje não vejo centro na Constituinte. Moderados atuais já se identificam com os conservadores’

mativas. Outras, menores, são programáticas. A discussão real é entre Constituição programática e Constituição normativa. Acredito que o melhor texto constitucional é o normativo, não o programático. A experiência de democratizações recentes, como Espanha e Portugal, mostra isso. São textos, embora longos, essencialmente normativos. Se predominar essa natureza normativa, as grandes questões a serem tratadas continuarão dividindo os constituintes em dois grandes blocos. Nesses blocos, que são necessariamente heterogêneos, haverá discussão em torno dessas tendências, mas acredito que essa discussão se dará em relação a temas econômicos específicos, como reserva de mercado, remessa de lucros para o exterior. E questões específicas da ordem social, como o direito de greve. Isso vai ser discutido no interior dos blocos. Mas acredito que, quanto aos grandes temas, haverá apenas os dois grandes grupos.

Alguns deputados já se aglutinam em um grupo que chamam de moderado. Seria o bloco de centro?

— Em momentos de grande crise não existe centro. Aliás, no Brasil, essa história de centro sempre foi uma grande mentira. Para manter-

mos essa nomenclatura, com a qual eu não concordo, de esquerda, direita e centro, o que se chama de centro em geral é a própria direita. Direita um pouco mais palatável, que tem mais trânsito parlamentar e aspectos de cordialidade — para lembrar a velha teoria do Sérgio Buarque de Holanda sobre o homem cordial. Hoje, não vejo centro na Constituinte, porque o grupo de moderados que eles estão pretendendo formar, de apoio ao Governo Sarney, na verdade se identifica com o bloco dos conservadores. Não haverá grupo de centro que possa servir como fiel da balança, pendendo para um lado ou outro. Pode acontecer uma briga dentro dos blocos, mas por questões específicas, sobre a forma de fazer e não sobre o que fazer.

Os blocos predominarão sobre os partidos?

— Que os partidos como individualidades se diluam nos grandes blocos acho que é a tendência mais óbvia até o momento. E acredito que vá prevalecer até o final, até porque os pequenos partidos, exatamente por serem pequenos, não poderão atuar isoladamente. O PMDB, o partido majoritário, é muito dividido e parte dele estará no bloco da soberania popular. Não teremos atuações partidárias; prevalecerá a atuação dos blocos. Até mesmo os partidos mais identificados com a esquerda e considerados mais radicais, como o PT e o PC do B, estão entrando numa atividade parlamentar a meu ver muito positiva: não há espaço numa Constituinte para partidos sectários, de jeito nenhum.

Em que medida os blocos farão com que os partidos se desviem da sua rota original?

‘A coesão partidária vai depender em grande parte dos Governadores, que não ficarão parados’

— Exatamente porque os partidos não têm, por tradição e pela prática atual, identificação ideológica e programática muito coerente, a tendência é que se dividam pelos grandes blocos. Não existe nada mais parecido com a antiga Arena, e depois com o PDS, do que uma parte do PMDB de hoje. São parecidíssimos. Haja vista a migração partidária que foi intensa nos últimos tempos. Hoje em dia, que partidos têm uma coerência interna, uma disposição programática e ideológica razoavelmente clara e reconhecida interna e externamente? São os partidos pequenos. No entanto, com três do PCB, seis do PC do B e de 16 do PT, ou eles se aliam na atuação parlamentar ou se afogarão na maré da Constituinte.

Esses blocos, tendências e interesses podem resultar em embriões de novos partidos?

Surgirão novos partidos, mas só, evidentemente, no final da nova ordem constitucional. Depois da Constituinte há possibilidade — para mim, alta dose de probabilidade — da formação de um grande partido de centro. Aquilo que o PFL tentou de certa maneira encarnar, mas não conseguiu, porque ficou sempre como um apêndice, um sócio minoritário da Aliança Democrática. E também porque nunca se definiu, a não

ser como braço de ação do Governo. Acho que há possibilidade de ressuscitar-se o Partido Popular de Tancredo Neves. Esse sim era um partido surgido com a proposta de ser uma UDN moderna — eles certamente não gostariam dessa definição — baseada num liberalismo moderno, com posições de centro. Como disse, fora dos momentos de grande crise, é possível imaginar-se um partido de centro. Tancredo encarnou muito bem esse centro. E antes de Tancredo nós tivemos Getúlio Vargas. Mas, para ser viável, esse partido de centro precisa ser reconhecido como tal por todas as outras tendências políticas. Vejo também a possibilidade do soerguimento do PDS, como partido mais a direita nesse espectro partidário. Com uma característica conservadora mais radical. Para ele iriam, por exemplo, todos esses radicais da UDR. Hoje o PDS é insignificante, mas tenderá a se fortificar caso a ala mais conservadora saia vitoriosa da Constituinte. O PFL é que não tem futuro muito promissor, a não ser que assuma essa proposta original de Tancredo Neves. Vejo muito mal o futuro do PCB numa nova organização partidária. O Partidão não só teve um desempenho fraquíssimo nas últimas eleições — metade dos votos de seu rival, o PC do B — como está de tal maneira ligado a uma idéia de coexistência e trabalho conjunto com o PMDB que perdeu a sua identidade como partido comunista. Para o PCB, a legalidade foi fatal: o desempenho foi muito pior do que antes. Imagino que a tendência do PC do B é radicalizar-se — e isso pode ser interessante do ponto-de-vista do partido. Marca identidade e atrai mais seguidores. Acho que há possibilidade de crescimento do PT e do PDT. Mas o alinhamento entre o PT e o PDT tem um complicador muito grande que é a hegemonia incontestável do Brizola.

Qual a possibilidade de radicalização nos dois grandes blocos, nas duas grandes tendências?

— Acredito que a tendência do bloco conservador seja a de fortalecer posições num discurso com tinturas realmente de direita. Para esse grupo, é até interessante que haja uma contra-partida dos grupos que defendem posições de esquerda, porque aí se justificaria um radicalismo de direita. Por isso, para esse bloco da soberania popular a tendência mais sábia, mais política seria atuar no sentido da negociação, dos acordos, procurando encontrar a melhor posição como denominador comum e não mantendo posições radicais só por princípio. Eles devem enfatizar os temas de importância constitucional normativa que garantam a soberania popular, e não defender princípios ideológicos que tenham uma carga de radicalidade muito grande e que acabem legitimando a posição radical de direita.

O Senador Fernando Henrique Cardoso acredita que os grupos se

formarão a partir de questões concretas. Concorda?

— Isso só poderá acontecer se a tendência for a de elaboração de um texto programático. Mesmo assim, somente na hora em que surgirem temas que pela própria natureza são suprapartidários, como os temas ecológicos, os temas de interesse especificamente regional ou os ligados às questões da mulher, do negro, do índio. Ou os temas ligados à cultura e à educação. Agora, se colocarmos de um lado a ala conservadora do PMDB, todo o PDS, o PFL, o PL e todo o PTB, é altamente improvável que algum membro desse grupo vá defender propostas lançadas por membros do PDT ou do PT.

Qual a capacidade de resistência dos partidos ao desenvolvimento desse processo?

— A força dos partidos dependerá da força dos Executivos estaduais. Exatamente porque a Constituinte é congressual e não vai se dissolver após a elaboração da carta. Deputados e Senadores têm a expectativa de continuar participando do poder. Nesse sentido, vejo que a possibilidade de coesão partidária dependerá muito dos Governadores. Eles não podem ficar parados, na dependência do trabalho dos constituintes. Não podem ficar contaminados por esse susto e por essa expectativa. Acho que eles poderão exercer não só um controle, mas uma ação unificatória pelo menos nas suas bancadas estaduais. Não acredito que nem mesmo a personalidade do Doutor Ulysses consiga unificar o PMDB na Constituinte.

Sobre todo o processo — formação de blocos, definição de tendências dentro dos blocos, criação de novos partidos — que ação exercerá o Governo?

— O poder constituído está de certa forma parado. E essa situação mostra a dificuldade que é ter uma Constituinte congressual, convocada da maneira como foi e com a discussão sobre a possível soberania da Constituinte em relação aos poderes constituídos. Acho que isso leva a uma insegurança dos poderes constituídos. Mas acho também que isso vai passar rápido. A discussão dos que querem a soberania da Constituinte em relação aos três Poderes é discussão teórica sobre qual deve ser o papel da Constituinte. O susto que está havendo é com relação à tese mais radical sobre essa soberania. Aprovada, traria algum abalo ao Governo. Tudo isso decorre de uma fragilidade do Governo atual, realmente paralisado. Um dado que me impressionou muito foi a diferença entre a posse do Presidente Tancredo Neves — que acabou sendo a posse do Sarney — e a instalação da Constituinte, quando o mesmo Sarney, que na primeira cerimônia havia subido a pé a rampa do Planalto, na segunda teve que entrar pela garagem. É um dado emblemático da situação.